

**N. F. Nº** - 213080.0062/18-2  
**NOTIFICADO** - SÃO MIGUEL LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA.  
**NOTIFICANTE** - ORLANDINA FERREIRA SILVA  
**ORIGEM** - IFMT METRO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 30.09.2020

#### **6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF Nº 0261-06/20NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. UTILIZAÇÃO DE NOTA FISCAL COM LOCAL DE SÁIDA, DAS MERCADORIAS, DIVERSO DO CONSTANTE NO DOCUMENTO. Infração caracterizada. Sujeito passivo não logra êxito em elidir a ação fiscal. Julgamento favorável à cobrança. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Instância única. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 04/06/2018, em que é exigido o ICMS no valor de R\$13.369,53, e multa de 100%, no valor de R\$13.369,53, perfazendo um total de R\$26.739,06, pela utilização de Nota Fiscal com local de saída das mercadorias divergente do constante no documento fiscal:

Infração 01 – 53.01.06 – Utilização de Nota fiscal com local de saída das mercadorias divergindo do constante no documento fiscal.

Enquadramento Legal: art. 2º, inciso I; art. 6º, inciso III, alínea ‘d’; art. 17, §3º e art. 44, inciso II, alíneas “d” e “f” da Lei nº 7.014/96 c/c o art. 318, §3º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/12, com tipificação da multa prevista na alínea “j”, inciso IV, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O Notificado apresenta impugnação com anexos (fls. 08/23), alegando equívoco cometido pelo motorista do veículo, que transportava as mercadorias, ao apresentar a fiscalização, quando da abordagem no Posto Honorato Viana, a NF-e nº 1679614, emitida em 01/06/2018.

Aduz que, após a apreensão da carga, dois funcionários da Notificada se dirigiram até o referido Posto Fiscal portando a Nota Fiscal correta, a de nº 111.546, emitida em 01/06/2018. Nesta oportunidade tentaram, sem sucesso, contato com a Notificante, pois a mesma já havia saído. Em seguida, foram até a IFMT METRO, situada no bairro da Calçada, onde apresentaram a Nota Fiscal correta, sendo informados que já havia sido expedida a Notificação e que teriam que aguardar o envio da mesma pelos Correios.

Argumenta que não houve intenção de dolo por parte do Notificado, acrescentando que a Nota Fiscal nº 111.546 tem como remetente a Industria de Bebidas São Miguel, fábrica do grupo, situada na cidade de Alagoinhas e como destinatário a empresa São Miguel Logística e Distribuição Ltda, distribuidora de bebidas situada na BR 324, bairro Pirajá. Prossegue afirmando que esta nota traz em seu conteúdo, além da descrição dos produtos, todos os impostos pertinentes, como o ICMS Normal, ICMS ST e IPI. Todos estes são recolhidos no regime de apuração no mês subsequente, em datas regulamentadas pelas respectivas leis vigentes.

Finaliza a peça defensiva solicitando a anulação da notificação fiscal, pois não houve a intenção de prejuízo ao Fisco.

#### **VOTO**

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ICMS no valor de R\$13.369,53, e multa de 100% no valor de R\$13.369,53, perfazendo um total de R\$26.739,06, e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

Note-se que tanto a infração apurada, quanto à multa aplicada, tem previsão legal, conforme art. 2º, inciso I; art. 6º, inciso III, alínea “d”; art. 17, § 3º e art. 44, inciso II, alíneas “d” e “f” da Lei nº 7.014/96, c/c o art. 318, § 3º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/12, com tipificação da multa prevista na alínea “j”, inciso IV, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Cumpre destacar, portanto, que o lançamento de ofício obedece aos requisitos de lei, constatados os pressupostos exigidos na legislação vigente para a sua validade. A defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranho aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

O presente lançamento de ofício foi lavrado com o objetivo de cobrar ICMS referente à utilização de Nota fiscal com local de saída das mercadorias divergindo do constante no documento fiscal, conforme descrito na Notificação Fiscal.

Para embasar a infração apurada, foram anexados aos autos os seguintes documentos: 1) Cópia do DANFE nº 1.679.614, (fls. 03 e 04); 2) Cópia do DACTE – Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico nº 2.368, (fl. 06); 3) Cópia do documento “CONTROLE DE SAÍDA/DEVOLUÇÃO DE ATIVOS – ISM nº 3264, (fl. 16). Foi elaborada Memória de Cálculo, (fl. 05), como meio de demonstrar a forma de apuração do valor do ICMS.

A Notificada se insurge contra a Notificação, alegando equívoco cometido pelo motorista do veículo que transportava as mercadorias, ao apresentar a fiscalização, quando da abordagem no Posto Honorato Viana, a NF-e nº 1679614, emitida em 01/06/2018, quando deveria ter sido apresentada a Nota Fiscal de nº 111.546, emitida também em 01/06/2018. Argumentando não ter havido dolo, já que imediatamente se dirigiu ao Posto Fiscal, para sanar o erro.

Note-se que a responsabilidade pelo cometimento de infração independe da intenção do agente, conforme disposto no art. 136 do Código Tributário Nacional, a seguir transcrita. Assim como a mera alegação de equívoco não tem o condão de elidir a presunção de legitimidade da ação fiscal:

*“CTN, Lei 5.172/66*

*(...)*

*Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.*

*(...)”*

Por fim, entendo que a infração restou plenamente caracterizada, fundamentada pelos documentos acostados pelo Notificante, e que os cálculos realizados no demonstrativo “Memória de Cálculo”, foram efetivados de acordo com a legislação vigente, possibilitando ao Notificado exercer plenamente o direito de defesa. Ficando evidenciado que a ação fiscal realizada, que resultou na lavratura da presente Notificação, foi executada de forma criteriosa e que o sujeito passivo não apresentou qualquer elemento fático capaz de elidir a acusação formulada pelo preposto do fisco.

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única, considerar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **213080.0062/18-2**, lavrada contra **SÃO MIGUEL LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado, o

Notificado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$13.369,53**, acrescido da multa de 100%, prevista na alínea “j” do inciso IV do art. 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais devidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 03 de setembro de 2020

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR